



**ENAN  
PUR 2023**  
Belém 22 a 26 de maio



## “Tempos plurais” e o Planejamento Urbano e Regional: uma agenda de pesquisas a partir do “capitalismo histórico”

**José Raphael Sette**

Doutorando do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

**Bianca Rihan**

Professora do Departamento de Processos Técnico-Documentais  
e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social – UNIRIO

### Sessão Temática 11: Novas interpretações possíveis para a questão urbana e regional

---

#### **Resumo.**

O artigo busca reunir algumas publicações em torno de uma agenda de pesquisa proposta por Carlos A. Brandão, Víctor Ramiro Fernández e Luiz Cesar de Ribeiro Queiroz para o Planejamento Urbano e Regional. Os contornos da referida agenda giram em torno da produção de autores como Marx e Polanyi, mas, em nosso caso específico, destacamos algumas linhas de força da obra de Fernand Braudel e a questão dos “tempos plurais” e da “dialética das durações”. Estes temas têm sido fruto de importantes trabalhos no Brasil, em campos como História Social, História Econômica, Geografia Econômica e Economia Política Internacional. Com isso, pretendemos alargar, um pouco que seja, a influência dos debates sistêmicos do capitalismo, citando, para além de Braudel, a importância de Giovanni Arrighi, Immanuel Wallerstein e José Luís Fiori. A seguinte tarefa, como desenvolve Carlos A. Brandão, é correlacionar tais bibliografias, do Norte e do Sul, com os “Intérpretes brasileiros” e o desenvolvimento desigual latino-americano, entre o século XX e XXI.

**Palavras-chave:** tempos plurais; economia-mundo; capitalismo histórico; planejamento urbano e regional.

---

#### **Abstract.**

The article aims to bring together some publications related to a research agenda proposed by Carlos A. Brandão, Víctor Ramiro Fernández and Luiz Cesar de Ribeiro Queiroz for Urban and Regional Planning. The contours of that agenda revolve the production of authors such as Marx and Polanyi, but, in our specific case, we highlight some main lines of the work of Fernand Braudel and the issue of “plural time” and the “dialectic of durations”. These themes have been the result of important works in Brazil, in fields such as Social History, Economic History, Economic Geography and International Political Economy. Therefore, we intend to extend, even a little, the influence of the systemic debates of capitalism, citing, in addition to Braudel, the importance of Giovanni Arrighi, Immanuel Wallerstein and José Luís Fiori. The following task, as Carlos A. Brandão develops, is to correlate such bibliographies, from North and South, with the “Brazilian Interpreters” and the uneven Latin American development between the 20th and 21st centuries.

**Keywords:** plural time; world-economy; historical capitalism; urban and regional planning.

---

#### **Resumen.**

---

*El artículo busca reunir algunas publicaciones en torno a una agenda de investigación propuesta por Carlos A. Brandão, Víctor Ramiro Fernández y Luiz Cesar de Ribeiro Queiroz para la Planificación Urbana y Regional. Los contornos de esa agenda giran en torno a la producción de autores como Marx y Polanyi, pero, en nuestro caso específico, destacamos algunas líneas maestras de la obra de Fernand Braudel y el tema de los “tiempos plurales” y la “dialéctica de las duraciones”. Estos temas han sido el resultado de importantes trabajos en Brasil en campos como Historia Social, Historia Económica, Geografía Económica y Economía Política Internacional. Con esto, pretendemos ampliar, aunque sea poco, la influencia de los debates sistémicos del capitalismo, citando, además de Braudel, la importancia de Giovanni Arrighi, Immanuel Wallerstein y José Luís Fiori. La siguiente tarea, como desarrolla Carlos A. Brandão, es correlacionar tales bibliografías, desde el Norte y el Sur, con los “Intérpretes brasileños” y el desigual desarrollo latino americano entre los siglos XX y XXI.*

*Palabras clave: tiempos plurales; economía-mundo; capitalismo histórico; planificación urbana y regional.*

---

## **“Tempos plurais” e o Planejamento Urbano e Regional: uma agenda de pesquisas a partir do “capitalismo histórico”**

José Raphael Sette  
Doutorando no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR-UFRJ

Bianca Rihan  
Professora do Departamento de Processos Técnico-Documentais  
e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social – UNIRIO

Mas quem é que está preparado para transpor fronteiras e prestar-se a reagrupamentos, no momento em que a geografia e a história se encontram a beira do divórcio?

**Fernand Braudel**, 1976.

### **1. Ponto de Partida**

O presente artigo, inserido em uma longínqua agenda de pesquisadores brasileiros e latinos críticos à Economia Política (BRANDÃO; FERNANDÉZ; RIBEIRO; 2018), busca enfatizar a reconstrução de um olhar holístico e inclinado à “totalidade” do “sistema interestatal capitalista” (FIORI, 2014). A partir do campo do Planejamento Econômico, do Planejamento Urbano e Regional (PUR), da Administração Pública e do Urbanismo, aproximamo-nos da epígrafe de Fernand Braudel quanto ao necessário reagrupamento entre disciplinas para uma melhor determinação da complexidade do real. Essa reunião se dará pela reinterpretção do “tempo” nas Ciências Sociais Aplicadas e nas Ciências Humanas.

Tal visada transdisciplinar e temporal condiz com a análise “sistêmica do capitalismo” (ARRIGHI, 1997, 2013; WALLERSTEIN, 2001, 2011, 2003), questão aqui referenciada em dois autores fundamentais, que ultrapassaram os nichos disciplinares dos séculos XIX e XX, a saber, Karl Marx [1818-1883] e Fernand Braudel [1902-1985].

A partir de Braudel, autor francês pertencente à Escola dos Annales<sup>1</sup>, e em consonância com a agenda dos pesquisadores Carlos A. Brandão e Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (ambos do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR-UFRJ), desenvolvemos para o campo PUR um paralelismo entre os importantes estudos “escalares” (SMITH, 1988; SWYNGEDOUW, 1997; WERNER, 2019) e a categoria “tempos plurais”. Ambos os paradigmas subsumidos às discussões dialéticas e de interseção com a geografia, a economia, a história e a política. O debate sobre os “tempos plurais”, no entanto, produziu sínteses metodológicas a respeito do tratamento do *tempo* sob as categorias de “Geohistória”, “economia-mundo”, “longa-duração” e “capitalismo histórico” (BRAUDEL, 1965). Este arcabouço tem sido capaz de diferenciar os próprios campos disciplinares a partir de seus limites analíticos em durações temporais.

Em relação a Marx<sup>2</sup>, destacam-se os incontornáveis estudos entre o “modo de produção e circulação capitalista”, a sua teoria histórica e as análises políticas conjunturais entre “valorização do valor” e Estado (MARX, 2017). No entanto, devido ao reduzido espaço deste artigo e a massiva produção derivada de sua obra, consideramos mais pertinente um aprofundamento sobre as visões de

---

Arrighi e Wallerstein, autores marxistas que possuem diálogo direto com a obra de Braudel.

Sobre o arcabouço dos “tempos plurais” é que se refuda a importância da dimensão geográfica e histórica das diferentes temporalidades do capitalismo. Isto é, dos estudos acerca da perenidade do espaço construído, da progressiva relação acelerada da exploração do trabalho entre Estados interdependentes e, em nosso caso, de uma visada específica à periferia do sistema interestatal (ARRIGHI, 2013; BRAUDEL, 1965; PRESTES; MARQUESE, 2013; SILVER, 2005; TOMICH, 2011; WALLERSTEIN, 2001).

Diante de uma proliferação de teses, artigos e pesquisas que, com razão, enfatizam a periodicidade de crises socioeconômicas do capitalismo e, mais especificamente, da dita neoliberalização, sentimos a necessidade de um olhar mais ampliado, disposto a “separar e entender o que é novo do [que é] velho: no modo de funcionamento do sistema capitalista e nos seus multidimensionais desdobramentos socioespaciais, escalares e estatais” (BRANDÃO; FERNANDÉZ; RIBEIRO, 2018, p.7).

Pautados pelo debate epistêmico-institucional sobre “escalas organizativas” do capitalismo e “escalas interpretativas” da teoria crítica (op. cit.), procuramos contribuir com o que se convencionou denominar de “dialética das durações” da processualidade dos eventos históricos, socioespaciais e socioeconômicos (BRAUDEL, 1987, 1996; AGUIRRE ROJAS, 2001; PRESTES; MARQUESE, 2013; RIBEIRO, 2011). Tal esforço se dirige ao estudo crítico da história do pensamento político e da história econômica, seus projetos discursivos e instrumentais em torno de elementos como cidades, moeda, trabalho, comunicação, infraestrutura e energia, mas que ocupam temporalidades e materialidades distintas. Ou seja, um devir científico prático de intervenção no espaço-tempo, legislativo-executivo, inescapável ao campo PUR devido a suas circunscrições empíricas enquanto Ciência Social Aplicada.

Como salientou José Luís Fiori, em *O voo da Coruja* (2003), não havia tantas novidades empíricas e acadêmicas operando com durações temporais distintas, entre conjunturas e estruturas institucionais de “poder”, até a contribuição de Fernand Braudel:

Coube à História o esforço recente mais interessante de discussão conceitual do problema dos “tempos”, tal como aparece na teoria econômica. Tentando pensar a teoria da história à luz dos avanços logrados pela ciência econômica, F. Braudel propõe a substituição da historiografia episódica por uma nova linha de pesquisa que considere, na reconstrução do material histórico, a sua dupla temporalidade, a um só tempo estrutural e conjuntural. Objetiva, com isso, absorver os avanços conseguidos pela teoria econômica no seu bem-sucedido esforço de domesticação do tempo, através da incorporação dos conceitos de estrutura, ciclo e tendência, a partir dos quais é possível escindir o tempo histórico em tempos de “longa” e “curta” duração. A estrutura comandaria o ritmo da longa duração enquanto o tempo curto coincidiria com as oscilações cíclicas, através das quais se realizariam, de forma lenta e entrecortada, as grandes e seculares (quando não milenares) tendências da história (FIORI, 2003, p.54).

No entanto, em um contexto de avanço do neoliberalismo, com os agentes institucionais de multilaterais e *think-tanks* se conformando em grandes propagandistas da dita “globalização” ocidental, a capacidade interpretativa do tempo histórico foi sendo achatada, convertendo-se em análises “ideais”, replicáveis entre centro e periferia (BRANDÃO, 2012; FIORI, 1995; VAINER, 2006). Conforme enfatiza Brandão (2012), uma hegemonia epistemológica sobre

---

as políticas públicas dos países periféricos, via Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Banco Interamericano de Desenvolvimento (respectivamente BM, FMI e BID)<sup>3</sup>, alinhada com o que se convencionou denominar de Consenso de Washington<sup>4</sup>, reduziu o gradiente de contradições a uma visão monolítica, banalizadora e principalmente “localista” das questões mais urgentes e estruturantes da sociedade.

O que permitia o intercâmbio intelectual com os agentes bancários internacionais era a dívida externa dos países periféricos. Havia uma barganha desde o Centro (como os EUA) para a aplicação das políticas multilaterais, ligadas ao “necessário” ajuste institucional para o refinanciamento de dívidas nacionais. Essas políticas multi-escalares foram convertidas progressivamente na tecnocracia oficial ocidental. Os servidores públicos de países latinos recebiam orientação excessivamente focada nas capacidades dos agentes locais-municipais e intencionalmente foram desestimulados a praticar políticas regionais-nacionais e macroeconômicas de desenvolvimento. Isso afetaria, durante o neoliberalismo, a capacidade de contestação de dependências externas através de instrumentos e teorias de contestação da lógica de mercado.

Um dos modelos de maior sucesso a serem empregados no intercâmbio Norte-Sul e nas cidades periféricas eram os chamados “planos estratégicos” (VAINER, 2000). O processo de mimese e abandono da originalidade interpretativa latina seriam o resultado desse intercâmbio, que viria acompanhado de diversas reformas trabalhistas, previdenciárias e desindustrializantes de cunho liberal.

A replicação, o utopismo e a reprodutibilidade crescente de uma perspectiva propagandística do desenvolvimento local e regional, auspiciada desde os “manuais de boas práticas” e o impulso de “planos estratégicos”, assim como pela proliferação de uma grande quantidade de agências consultoras, alentou uma fragmentária reprodução de infinitos estudos de caso apresentados como referentes exitosos e guias de aprendizagem para novos empreendimentos e para a solução dos problemas dos territórios em atraso.

O resultado tem sido uma progressiva perda de capacidade explicativa acerca dos modos através dos quais a recuperação do protagonismo de regiões e localidades se entrelaça conceitual e empiricamente com as transformações contraditórias do sistema socioeconômico e espacial, possibilitando um posição privilegiada para determinados fragmentos territoriais globalizados do capital, ao mesmo tempo em que se instaura um aprofundamento das desigualdades e exclusões [...] (BRANDÃO; FERNANDÉZ; RIBEIRO, 2018).

Propomo-nos, então, a mapear algumas das pesquisas que adotaram durações mais longas de análise, relacionando-as às estruturas e conjunturas do tempo presente, mas também com aspectos pontuais e singulares de escalas territoriais e regionais. Isso quer dizer, por exemplo, que precisamos colocar o “neoliberalismo” em perspectiva para compreender sua implementação sistêmica nas disputas por *poder*.

Acredita-se que dimensionar o ritmo das contradições reais a que estão expostos os projetos de planejadores e servidores públicos é um caminho profícuo para acessarmos alguma concretude e maturidade propositiva, tanto quanto para compreender os limites políticos impostos ao exercício profissional subsequente em rodadas progressistas e/ou conservadoras.

## 2. Geohistória e episteme dos “tempos plurais”

---

Contextualizar as diversas obras de pesquisadores que assumiram os “tempos plurais” do “capitalismo histórico” é uma tarefa profunda. Contudo, pretendemos realçar, tão somente, as novas linhas de força que vêm influenciando o debate na América Latina em consonância com produções anglo-saxônicas.

Diante de severas críticas a Braudel por parte de pós-estruturalistas e de alguns marxistas, dois autores têm trabalhado no sentido de resgatarem sua contribuição epistêmica à teoria crítica: Carlo Antonio Aguirre Rojas, historiador mexicano relacionado à *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM), com diversos títulos publicados sobre a obra do francês, como *Tempo, duração e civilização: percursos braudeliano*, *Braudel o mundo e o Brasil* e *Fernand Braudel e as Ciências Sociais*; e Guilherme Ribeiro, geógrafo brasileiro ligado à Universidade Federal Fluminense (UFF), que publicou a excelente tese de doutorado *Fernand Braudel, Geohistória e Longa Duração: críticas e virtudes de um projeto historiográfico* – hoje, livro (RIBEIRO, 2016).

Referenciando-nos em tais obras, podemos dizer que a principal questão/crítica braudeliana se dirige ao isolamento das ciências sociais – como entre a geografia econômica e o planejamento urbano, e até mesmo entre o planejamento e a geopolítica. É a partir de tal constatação que Braudel intitula o seu campo enquanto “geohistória”, “representativo de uma visão ampliada de sociedade” (idem).

Engana-se, pois, quem reduz a apreensão geohistórica de Braudel ao economicismo. Como afirma o próprio, seu início empírico, muito similar ao caminho do jovem Marx, ou do sociólogo Norbert Elias, foi o olhar para a cultura e o cotidiano:

Por minha parte, fiquei nos critérios concretos. Parti do cotidiano, daquilo que, na vida, se encarrega de nós sem que o saibamos sequer: o hábito – melhor, a rotina – mil gestos que florescem, se concluem por si mesmos e em face dos quais ninguém tem que tomar uma decisão, que se passam, na verdade, fora de nossa plena consciência [...] Muito antigo e sempre vivo, um passado multissecular desemboca no tempo presente como o Amazonas projeta no Atlântico a massa enorme de suas águas agitadas. (BRAUDEL, 1987, p.9).

Outra curiosidade nas reflexões de Braudel sobre a *especialização da história* se trata do protagonismo dado ao *espaço marítimo* e às *longas distâncias*: “o espaço marítimo foi o mais determinante da história” (RIBEIRO, 2016, p.42). Essa empiria é fundamentada com maestria na tese *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II* (BRAUDEL, 2016), que assume o mar como escala para explicar os “jogos de troca” entre Ocidente e Oriente.

Para o autor “não existe história sem um recorte espacial, sem uma escala” (BRAUDEL *apud* RIBEIRO, 2016, p.44). Afirmação que, somada às questões temporais, produz uma dialética complexa entre espaço, economia e sociedade. Como se pode observar, em direção à totalidade do real é que se coloca a investigação braudeliana e, portanto, a nosso ver, vai de encontro à noção de “crítica” hegeliana e à concepção marxiana de concretude histórico-material.

A crítica hegeliana se trata, justamente, da complexificação historiográfica de um “objeto” que ocupa uma representação “absoluta” – enquanto predicado fechado (HEGEL, 2014). Ou seja, o conhecimento de um objeto empírico ou discursivo e de seus predicados deve estar referenciado no “movimento dialético” de investigação e, logo, na localização historiográfica para a “superção” de sua representação “ideal”. Onde mais adquirir conhecimento se não no rico debate entre história material e história do pensamento?

---

Nesse percurso, Marx assumiu as produções pretéritas da Economia Política e avançou sobre a “crítica”, superando o idealismo alemão e a produção econômica da Grã-Bretanha a respeito do *Capital*. O próprio *Capital*, como categoria, já faz parte de uma síntese explicativa e uma escolha de renovados predicados e contradições de um objeto de pesquisa. Ou seja, Marx coloca em movimento a ciência econômica e a política clássica que definiram hegemonicamente a intervenção sobre o mundo – desde David Ricardo, Adam Smith e outros, conclamando *Para Uma Crítica da Economia Política* (de 1859 e anterior a *O Capital*).

No caso de Braudel, vejamos como impõe a dialética à sua pesquisa:

“Aceitemos essa terminologia sem muito discuti-la: espaço, economia, sociedade. Nossa proposta é mostrar, em linhas gerais, como essas realidades variarão umas em relação às outras no decorrer do tempo; como a ação vai, com os anos e os séculos, de um ao outro desses fatores para, depois, retornar e retornar, e assim sucessivamente. Preciso dizer a vocês que a economia modela o social e o espaço, que o espaço comanda a economia e o social e que, por sua vez, o social comanda as outras duas realidades. Estamos aqui em um mundo de ações, reações e interações” (BRAUDEL *apud* RIBEIRO, 2016, p.40). [...] Braudel oferece o tempo histórico em sua pluralidade e totalidade. Sim, a história é também meio geográfico e sociedade, e não apenas política e biografia. Seu devir não é teleológico e unitemporal, mas ritmado segundo variações climáticas, distâncias, barreiras naturais, crescimento demográfico, epidemias, alimentação, códigos civilizacionais. Tudo isso impõe a necessidade de apreensão do processo histórico como uma combinação de mudança e permanência, velocidade e lentidão, evento e estrutura (RIBEIRO, 2016, p.50)

Sob o interesse de planejadores, podemos dizer que a síntese temporal braudeliana entre escala e tempo avalia os seguintes pontos: i) relação ser humano-meio; ii) ocupação, povoamento, migrações e redes urbanas; iii) distâncias geográficas e temporalidades; iv) traçado de rotas comerciais terrestres e comunicações marítimas; v) descrição do sítio e da situação, a referida análise de posição; vi) domínio político do espaço; e vii) a dimensão econômica do espaço (*idem*).

Com clareza, Guilherme Ribeiro (2016, p.58, grifos do autor) apresenta um percurso de necessárias contribuições ao campo PUR, e que deve ser revisto e aprofundado:

Vejamos: das cidades-estado italianas (Braudel, 1947), denominadas por ele de *antigas economias de dominação urbana* (Gênova, Veneza, Florença e Milão) ao surgimento de uma nova e poderosa configuração espacial, o Estado territorial moderno; da alternância de hegemonias no decorrer do percurso capitalista à formação dos mercados nacionais e suas fronteiras; da construção das Américas como periferia do sistema-mundo à configuração político-econômica de Portugal, Espanha, Países Baixos e África (Braudel, 1979), Fernand Braudel alia a história econômica de Henri Pirenne, François Simiand, Henri Hauser e Marc Bloch à reconhecida tradição alemã [da Geografia], lançando mão desta última em, pelo menos, duas frentes: (i) ao convocar a teoria locacional de Von Thünen e seu conteúdo acerca da centralidade, hinterlândia e hierarquias quanto ao povoamento, distribuição e funcionamento das redes de atividades econômicas; (ii) ao cunhar o conceito de *economia-mundo*, com seus centros, periferias e semi-periferias a ocupar funções específicas segundo as regras da divisão do trabalho histórica e espacialmente projetadas.

A locução com Aguirre Rojas (2001) vai além. O historiador mexicano enfatiza que Braudel logra em pensar o *Capital* e a Modernidade a partir de uma “perspectiva fundamentalmente crítica” pois, diante de Marx, “explica o

---

capitalismo partindo do mundo do consumo [...] confrontando a modernidade a partir da esfera de civilização em geral”:

[...] numa perspectiva que, sem ser limitadamente anti-eurocentrista, é, no entanto, crítica do eurocentrismo, Braudel trata de explicar a Europa, a ‘singularidade’ europeia, a partir da não-Europa e do mundo” (AGUIRRE ROJAS, 2001, p.87)

Essa visada holística, muitas vezes denominada de “história total” – ainda que pareça uma categoria pretensiosa –, diz respeito à busca do particular no universal e *vice-versa*. Um exercício hegeliano-marxiano que, no autor francês, está fundamentado em mais três eixos da “civilização material”: i) as singularidades de cada sociedade, representativas de uma “geografia diferencial, estabelecida a partir dessas diferentes civilizações”; ii) as “diferentes respostas humanas à base geo-histórica”, uma vez que esta base “pressiona” contraditoriamente os limites sociais, gerando um campo de “possibilidades para a sua própria ação”; e iii) a visão de que o cotidiano é permeado por estruturas “construídas lentamente [...] revelando-se difíceis de se transformar radicalmente de um modo súbito, implicando processos também longos e complicados de mudança” (AGUIRRE ROJAS, 2001, p. 89-91).

Se levarmos em consideração a célebre afirmação schumpeteriana de “destruição criativa” acerca da necessária dinâmica volátil do Capital, encontraremos em Braudel o exato exercício de separar o novo do velho no capitalismo. O enfoque historiográfico, de apreensão de realidades pretéritas, circunscrevendo as análises contextuais do presente em sua duração temporal no espaço, localiza a vida material em redes de comércio de longa distância, diplomacias estatais, sistemas financeiros internacionais e moedas, permitindo-nos enxergar outro ritmo de contradições. A partir desses variados esquemas socioeconômicos, logramos interpretar as capacidades futuras de intervenção e planejamento, ao passo que categorias como “neoliberalismo”, “cidades globais”, “cidades inteligentes” e “planejamento estratégico” também passem a ser mais bem fundamentadas.

Não se trata, pois, de uma visão estática, adotada a partir de uma única temporalidade ou escala geográfica institucional. Mas de um domínio do próprio movimento diferencial entre estruturas mais perenes e outras mais efêmeras e seus conflitos institucionais. Nesse tipo de exercício não está inclusa a apreensão do todo, mas das partes numa totalidade construída em “economia-mundo”, com sua própria coerência sistêmica, entrelaçada. Essa conjunção rítmica e escalar, com grande peso no conflito interestatal, embasará a narrativa da especificidade territorial-regional.

Diante dessa perspectiva temporal, as atuais crises econômicas, bem como os desenvolvimentos periférico, por exemplo, podem ser analisados por duas variáveis axiais: i) a necessária longa duração dos movimentos de contestação à dominação interestatal; e ii) a noção de que há contradições socioeconômicas interdependentes, ou seja, uma dialética entre domínio do meio e das classes sociais, em que o tabuleiro geopolítico e a luta dos povos estará sempre se movimentando sobre o *poder global* (ELIAS, 1994; FIORI, 2007).

### **3. Fernand Braudel Center e o “sistema-mundo”**

Caminho fundamental para dar sustentabilidade às produções derivadas da obra de Fernand Braudel passa também pelo rico acervo do *Fernand Braudel Center*

---



(FBC), antes localizado na Universidade de Binghamton (Nova York, EUA), ligado ao *The Research Foundation for The State University of New York* (RF), da *State University of New York* (SUNY) e, recentemente, transferido para a Universidade Federal Fluminense (UFF), em 2020.

Em linhas mais gerais, é a partir do FBC que o diálogo entre a obra do historiador francês se encontrará com a produção de sociólogos e historiadores marxistas anglo-saxões. Importante ressaltar que, em 1976, o Centro é fundado por Immanuel Wallerstein, com Braudel ainda vivo. Curioso que ambos os autores se relacionaram intensamente com a docência na África e no Brasil. Braudel, inclusive, participou do projeto de criação do curso de História da USP [1935-1937]<sup>5</sup>. A morte de Braudel, nove anos depois, consagraria o *Review Fernand Braudel Center Journal* como um marco de revisão conceitual e avanço epistêmico a partir das categorias braudelianas, mas também marxistas e polanyianas, acerca da complexidade do capitalismo.

A partir do FBC, a categoria “economia-mundo” se converterá em “sistema-mundo” sob a coletividade dos estudos da escola do “capitalismo histórico”, e principalmente através das seminais publicações de *O Moderno Sistema Mundial* (obra em quatro volumes), de Immanuel Wallerstein (2011 [1974]), reiteradas por autores como Giovanni Arrighi (2013 [1994]), Beverly Silver (2005) e Dale Tomich (2020).

Wallerstein (2001, p.9), de forma bastante direta, produz a aproximação entre esse grupo e o marxismo. Segundo ele, “autores de esquerda haviam escrito bastante sobre o capitalismo, mas a maioria desses livros sofria de carências que podiam ser agrupadas em dois tipos”: i) parte das publicações consistia em análises lógico-dedutivas, adotando o que se pensava ser a “essência” do modo de produção e acabando por recortar a realidade a fim de deduzi-la a partir do *dever ser* dinâmico. Desse modo, perdia-se a noção da complexidade mundial e a interdependência contraditória; ii) uma segunda vertente compunha estágios de transformações fundamentais do sistema, mas tendo como ponto de partida “um momento recente, definidor de uma realidade empírica presente”. Julgando o tempo anterior como um tempo mítico, distante ou pouco rico, acreditava-se que conhecê-lo não colaboraria ao aprendizado da contemporaneidade – uma vez posta como novidade absoluta.

Esse tipo de abordagem reflexiva nos leva a indagação de uma variada gama de estudiosos acerca do neoliberalismo que não o localizam em suas bases nos anos 1930-1980 e muito menos do século XIX para trás. Por esse motivo, nas palavras de Wallerstein (idem):

Parecia-me urgente ver o capitalismo como um sistema histórico, abrangendo o conjunto de sua história como realidade concreta e única. É a tarefa para o qual, em certo sentido, se dirige o *corpus* do meu trabalho recente. Assumi então o desafio de descrever essa realidade, tentando delinear o que sempre esteve mudando e o que não mudou (de modo que pudéssemos abranger toda a realidade sob um só nome).

Vale lembrar que, durante a escrita de *O Moderno Sistema Mundial*, entre os anos 1970 e 1980, Wallerstein chamava a atenção para um sintoma quase geral dos estudos sobre o capitalismo. Em sua maioria, havia uma “força subterrânea” (idem, p.10) de crença no progresso e na sua historicidade tecnológica. Para o autor, identificado com o método dialético, esse tipo de “certeza” nublava a capacidade de compreensão das “reais alternativas históricas”. Em grande medida, essa é a postura de Marx (2017), que não desprezou a importância de

---

serem superadas as contradições geográficas e tecnológicas através da medicina, agricultura, infraestrutura, etc., ainda que assinalasse a diversidade do agudo processo espoliativo e concentrador na acumulação de capital entre proprietários e despossuídos.

Giovanni Arrighi (2013) não tardou em afirmar que *Civilização Material, Economia e Capitalismo*, de Braudel – de 1967, dividido em três volumes, *Estruturas do Cotidiano*, *Os Jogos de Trocas* e *o Tempo do Mundo* –, forneceu os paradigmas conceituais para o “esquema interpretativo que se converteu na base deste livro” – ao se referir a sua obra *O Longo Século XX*.

Arrighi afirma que tal projeto pessoal começou também como um estudo da crise contemporânea dos anos 1970 – momento em que os EUA ocupam o centro do tabuleiro mundial, trazendo em sua geopolítica, geoeconomia e geocultura os posteriores solavancos às periferias: do padrão dólar-ouro; a nova relação com a Europa após o Plano Marshall; os novos enfrentamentos com o Oriente e a Ásia; e a reconversão da taxa de juros para subjugar os países latinos em desenvolvimento e suas dívidas externas – fatos estritamente correlacionados com as disputas contra a União Soviética e possíveis contestações do chamado Sul Global.

Sublinhando progressivamente os contornos da questão imperialista estadunidense, o autor afirma: “Desde o começo eu sabia que a ascensão do sistema norte-americano só poderia ser entendida estabelecendo-se sua relação com a derrocada do sistema britânico” (2013, p.IX). Baseado em Charles Tilly, e complementando os avanços do seu projeto de pesquisa, Arrighi argumenta, ainda, não poder deixar de considerar “os dois grandes processos interdependentes da era moderna: a criação de um sistema de Estados nacionais e a formação de um sistema capitalista mundial” (idem).

[tal perspectiva] foi instigada pela própria evolução da crise econômica internacional na década de 1980. Com o advento da era Reagan, a “financeirização” do capital, que fora um dos vários aspectos da crise econômica mundial da década de 1970, tornou-se o traço absolutamente predominante da crise. Tal como acontecera oitenta anos antes, no curso da derrocada do sistema britânico, os observadores e estudiosos começaram a anunciar mais uma vez que o “capital financeiro” era o último e mais avançado estágio do capitalismo mundial (ARRIGHI, 2013, p.IX).

Nessa análise, destaca-se um olhar braudeliano: a financeirização já não é tratada como novidade, mas como uma dinâmica de aceleração das contradições sobre o Estado *hegemon* do sistema capitalista, contida nos “ciclos sistêmicos de acumulação” (CSA), com seus períodos de ascensão e queda, partícipes da reunião entre a *Haute Finance* e os Estados belicistas mais desenvolvidos. Como diria Maria da Conceição Tavares (1997), a realidade da geopolítica e da geoeconomia se assenta sobre a capacidade de governança no “poder de comprar e no poder de matar”. Essa descoberta de períodos de aceleração da financeirização em fases declinantes dos CSA’s está contida na própria obra de Braudel, enquanto fenômenos recorrentes de “destruição criativa” e da [re]espacialização econômico-geográfica:

Nesse esquema, o capital financeiro não é uma etapa especial do capitalismo mundial, muito menos seu estágio mais recente e avançado. Ao contrário, é um fenômeno recorrente, que marcou a era capitalista desde os primórdios, na Europa do fim da Idade Média e início da era moderna. Ao longo de toda a era capitalista, as expansões financeiras assinalaram a transição de um regime de acumulação em escala mundial para outro. Elas são aspectos integrantes da

destruição recorrente de “antigos” regimes e da criação simultânea de “novos” (ARRIGHI, 2013, p.IX-X).

No entanto, engana-se quem interpreta o tratamento de Arrighi, Wallerstein ou Braudel como fundamentado em períodos cíclicos, replicáveis e reprodutíveis. Pelo contrário, em suas contribuições há uma aproximação aos *Ciclos de Kondratiev* (ciclos de inovação tecnológico-produtiva mundial), mas a questão do sistema-mundo oferece outras demarcações temporais e políticas. Assumindo formulações da economia clássica e marxista, esses autores expuseram a dinâmica sistêmica, ancorada no *poder* e na questão da produção e circulação de D-D' (fórmula marxiana do lucro pelo *valor de troca*), como uma espacialização geográfica expansiva.

Portanto, cada nova coerência dos CSA's – entre o ciclo genovês, holandês (Províncias Unidas), britânico e estadunidense (respectivamente séculos XV-XVI, XV-XVII, XVII-XX e XIX-XX) – continha novas formulações diplomáticas, beligerantes, fiduciárias, estatais e espaciais, assim como durações progressivamente mais “curtas” em espaços mais abrangentes. Mas também ritmos e cadências temporais singulares, respectivas às culturas, ideologias, tecnologias e infraestruturas conjunturais.

O que Braudel sinalizou, e Arrighi (2013, p.241-242, figura 16) organizou de forma mais ordenada, foi a recorrência dos CSA's em “fase de expansão estável da economia mundial capitalista”, alternadas por “fases de turbulência no correr das quais as condições de expansão estável, por uma via de desenvolvimento já estabelecida são destruídas” e, assim, as novas coerências de expansão são recriadas.

Após uma inclinação acentuada da curva de acumulação e expansão, ocorrem crises periódicas no lucro e também períodos conjunturais de contestação na periferia do centro dinâmico. Essas crises, Arrighi denomina de “fases de turbulência”, de retraimento e de desorganização crescente, “bem como de redistribuição e reorganização dos processos de acumulação de capital em escala mundial” (idem). Inseridas na “turbulência” sobre a “paz” do *hegemon* estão as “crises sinalizadoras” ( $S_1, S_2, S_3, S_n$ ) que “anunciam os limites de expansão estável pela antiga via de desenvolvimento” conjuntural (idem).

A emergência de uma nova via de desenvolvimento, dotada de maior potencial de crescimento que a antiga, é um aspecto integrante da crescente turbulência experimentada pela economia mundial nas fases de expansão financeira. Ela corresponde à tese de Marx de que ocorre a reciclagem do capital monetário, passando de estruturas organizacionais que atingiram os limites de sua expansão material para outras estruturas organizacionais que apenas começam a materializar o seu potencial de crescimento (idem).

Essa foi uma sugestão bastante original do velho Marx (1962, p.245-246 *apud* ARRIGHI, 2013, p.243) que, em seus estudos sobre as crises de “superacumulação” britânica e o crescimento fabril dos EUA no século XIX, demonstrara uma reciclagem do capital monetário de uma estrutura a outra.

#### 4. Usos dos “tempos plurais” em PUR

A seguir, tentaremos sublinhar pelo menos mais três pontes entre a bibliografia até aqui comentada, o desenvolvimento geográfico desigual e a produção regional latino-americana: i) a historiografia da escravidão e da totalidade do trabalho no Atlântico Sul, com Dale Tomich<sup>6</sup> (ex-diretor do FBC e pesquisador

em Binghamton), Luiz Felipe de Alencastro<sup>7</sup> (publicado pelo FBC através da SUNY), Rafael Marquese e Ricardo Salles<sup>8</sup> (parceiros de Tomich), e ainda Leonardo Marques<sup>9</sup>; ii) a criação da pós-graduação no Instituto de Economia Industrial, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, capitaneado por Maria da Conceição Tavares<sup>10</sup> e José Luís Fiori<sup>11</sup>, através do curso de Economia Política Internacional; e iii) a influência da geografia econômica e da sociologia anglo-saxã sobre a teoria urbana, com Neil Smith<sup>12</sup>, David Harvey<sup>13</sup>, Erik Swyngedouw<sup>14</sup>, Jamie Peck<sup>15</sup>, Nik Theodore, Neil Brenner<sup>16</sup> e Beverly Silver<sup>17</sup> (membro do FBC).

#### 4.1 História Econômica e Social

Em relação ao primeiro item, destacamos a importante tarefa assumida por Rafael Marquese (pesquisador da USP; 2013; MARQUESE; SILVA, 2018). Num primeiro plano, está seu minucioso estudo quanto à influência da categoria de “capitalismo histórico” para a interpretação da “escravidão brasileira” (reflexão encaminhada também em diversas parcerias com Ricardo Salles); em um segundo plano, igualmente metodológico, está a complexificação dos “tempos plurais” de Braudel e sua combinação com o arcabouço teórico de Reinhart Koselleck para a realização de uma revisão crítica às publicações sobre o tema da escravidão (com a colaboração de Waldomiro L. Silva; 2018).

Na apresentação de seu artigo *As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira*, de 2013, Marquese afirma que:

[...] explora os meios pelos quais a historiografia sobre a escravidão brasileira tem lidado com o tema do capitalismo nos últimos tempos. Se, entre as décadas de 1930 e 1970, o conceito esteve no centro das preocupações de historiadores e cientistas sociais, a partir de fins da década de 1980, ele desapareceu do horizonte analítico das escolas historiográficas que se firmaram no campo. O artigo avalia as perdas produzidas por tal escolha, apontando a necessidade de operarmos com definições renovadas de capitalismo histórico para avançarmos na compreensão do nosso passado escravista (MARQUESE, 2013, p.223). As reações contra Fernand Braudel ganhavam força; a balança dos *Annales* mudava da história econômica e social para a história das mentalidades; e o determinismo histórico estava em retirada, na medida em que o contingente e o individual eram redescobertos, a história política era reinventada (...) e os revisionistas voltavam-se à desconstrução sistemática de tudo o que achávamos que sabíamos e entendíamos antes que seus grupos de demolição entrassem em cena. Tal clima era bem pouco propício para uma teoria da crise geral, ou, de fato, para qualquer outro tipo de teoria (ELLIOTT, 2009, p.64-65 *apud* MARQUESE, 2013, p.225).

A mesma questão que denuncia Marquese pode ser relacionada à quase totalidade dos *campos* das Ciências Sociais Aplicadas durante o neoliberalismo e à dita globalização, como fora o caso do Urbanismo e do Planejamento, de cunho liberalizante, na América Latina, que se afastavam de categorias como “heteronomia”, “Imperialismo”, “subdesenvolvimento”, “dependência” e do próprio “capitalismo”.

Trata-se do abandono do conceito de capitalismo, ora tomado como uma categoria abstrata, incapaz de conferir inteligibilidade a processos históricos reais vividos por sujeitos de carne e osso, ora tomado como equivalente à determinação externa dos destinos da sociedade escravista brasileira. O que passo a fazer, neste artigo, é avaliar brevemente como alguns dos trabalhos mais relevantes, gestados por essas duas vertentes, produziram uma perspectiva de análise que acabou por conduzir a um descaso com os processos

históricos de longa duração e os quadros globais mais amplos nos quais se inscreveu o sistema escravista brasileiro, isto é, a um descaso com as forças estruturais do capitalismo histórico (MARQUESE, 2013, p.229).

A reorientação à totalidade, que encontramos no trabalho de Marquese, advém de uma empiria que redescobre as profícuas conexões atlânticas e sistêmicas. O escravismo brasileiro, ademais de suas particularidades, expressaria “uma espécie de face local do debate global sobre a formação do capitalismo” (idem). Nessa ideia aparentemente simples estão contidas, ao mesmo tempo, as discussões quanto à mundialização e à “formação” do modo de produção capitalista. Tendo em vista os intérpretes brasileiros, essa formulação se insere duplamente no conjunto braudeliano e na tradição gerada a partir de dois grandes autores nacionais que nunca perderam a visada sobre o todo: Caio Prado Júnior, com o *Formação do Brasil Contemporâneo*, de 1942; e Celso Furtado, com o *Formação Econômica do Brasil*, de 1959.

No artigo de 2018, Marquese e Silva afirmam estudar as “interconexões entre as formulações de Fernand Braudel e Reinhart Koselleck a respeito do *tempo histórico*” (idem, p.44). Dirão que Koselleck<sup>18</sup> se apropriará do instrumental braudeliano, “renovando e radicalizando-o”, “mediante um duplo movimento de condensação e complexificação” (idem), propondo tais contribuições ao estudo da escravidão negra nas Américas.

*Prússia entre a Reforma e a Revolução* (1791-1848), defendida em 1965 e publicada dois anos depois, representou uma primeira aproximação analítica de Koselleck em relação à pluralidade dos tempos históricos, explorada para lidar com a especificidade social e política prussiana no século XIX, travejada, por um lado, pela aceleração das transformações sociais e econômicas advindas do engate industrial e, por outro, pelas assimetrias temporais contidas no dilema reforma versus revolução. Em seus termos, “teoricamente, a investigação trata de diferentes estratos de tempos. As distintas durações, velocidades e modos de aceleração desses estratos produziram as tensões da época e, assim, caracterizaram sua unidade” (apud OLSEN 2012, p. 142) (MARQUESE e SILVA, 2018, p.55).

A inscrição de Koselleck no debate alemão é bastante controversa pela associação a autores conservadores e até partícipes do período nazista. No entanto, diante de sua contribuição ao debate, Marquese e Silva sublinham o seu esforço em superar o que denomina de “indigência teórica da ciência da história”:

O ponto fundamental repousa sobre o que Koselleck denominou como a “indigência teórica da ciência da história” [...] Ao retomar o argumento popperiano [Karl Popper] sobre a perda de sentido da oposição entre ciências nomotéticas e idiográficas, Koselleck ressaltou a necessidade de a prática de pesquisa dos historiadores se fundar em teorias explícitas, “aceitando o desafio de uma exigência de teoria se quisermos que a ciência da história continue a se definir como ciência”. Os “teoremas das ciências vizinhas” – isto é, a aposta na interdisciplinaridade feita, dentre outros, pelos *Annales* e pela história social alemã – não poderiam vir em socorro. Para Koselleck (2014, p. 280), “a ciência da história, disposta ubiqüitariamente, só poderá persistir como ciência se desenvolver uma teoria dos tempos históricos, sem a qual a ciência da história, como investigadora de tudo, se perderia na infinidade”. A saída para suplantar a situação de “indigência teórica”, portanto, seria renovar e radicalizar a perspectiva braudeliana (MARQUESE e SILVA, 2018, p.56-57).

Outra obra central para nós brasileiros, latinos e africanos, que assume a escravidão negra e os tempos plurais braudelianos, trata-se de *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*, de Luiz Felipe de Alencastro

---

(2000), sobre o trânsito marítimo do Atlântico entre o Golfo da Guiné, Brasil e Portugal. Na publicação, fica evidente a amplitude da “escala” do autor ao assumir o mar como a grande via da história. Ainda que haja uma revisão bastante crítica de alguns postulados de autores como Braudel e Wallerstein, notamos a importância da totalidade, bem como da economia-mundo escravista para o encaminhamento de seu argumento.

Nossa história colonial não se confunde com a continuidade do nosso território colonial. Sempre se pensou o Brasil fora do Brasil, mas de maneira incompleta: o país aparece no prolongamento da Europa. Ora, a idéia exposta neste livro é diferente e relativamente simples: a colonização portuguesa, fundada no escravismo, deu lugar a um espaço econômico e social bipolar, englobando uma zona de produção escravista situada no litoral da América do Sul e uma zona de reprodução de escravos centrada em Angola. Desde o final do século XVI, surge um espaço aterritorial, um arquipélago lusófono composto dos enclaves da América portuguesa e das feitorias de Angola. É daí que emerge o Brasil no século XVIII. Não se trata, ao longo dos capítulos, de estudar de forma comparativa as colônias portuguesas no Atlântico. O que se quer, ao contrário, é mostrar como essas duas partes unidas pelo oceano se completam num só sistema de exploração colonial cuja singularidade ainda marca profundamente o Brasil contemporâneo (ALENCASTRO, 2000, p.9).

Seguindo outros caminhos, reencontramos aqui o postulado braudelianiano formulado anteriormente: quando é impossível fechar o circuito comercial, também se torna impossível fechar o negócio – “*bouclage impossible, affaire impossible* [...] Trata-se de variáveis conexas que se explicam e se compensam no âmbito da unidade mais ampla formada pelo sistema escravista sul-atlântico (ALENCASTRO, 2000, p.242).

Tais elaborações cumprem um papel central para os campos da História e PUR, uma vez que passam a ser associados não apenas a uma temporalidade política executiva, ou a uma escala única e exclusivamente institucional-neoliberal-local, renovando as discussões e os próprios conceitos com que trabalham. É o caso do conceito de “Segunda Escravidão” (TOMIC, 2011), que expõe o decisivo papel da ascensão dos EUA na importação de cativos, desde o Golfo da Guiné, na África, para a produção no Brasil.

#### 4.2 Economia Política Internacional

Sobre os estudos relacionados à Economia Política Internacional, as associações com o campo PUR se estreitam desde autores como Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori, que há décadas se dedicam a pensar o desenvolvimento capitalista, a conjuntura internacional e as alternativas geopolíticas do desenvolvimento brasileiro no século XX (FIORI, 2014).

Nosso estudo do desenvolvimento latino-americano - e, em particular, do desenvolvimentismo brasileiro - começou na década de 1980 e manteve uma longa interlocução crítica com a literatura estruturalista, marxista e keynesiana, as teorias da dependência e a teoria do sistema-mundial moderno<sup>19</sup>, antes de se deslocar para o campo da economia política internacional' e se propor um novo programa de pesquisa, inspirado por uma tese e por uma pergunta do historiador Fernand Braudel. A tese: na Europa, "a maturidade política precedeu a maturidade econômica", e a formação dos estados territoriais precedeu a formação das economias nacionais. A pergunta: "quando, como e por que razões" esses estados territoriais europeus adquiriram sua "força política e sua coerência econômica interna". Esses dois fatores de inspiração foram os que mais contribuíram para a expansão vitoriosa do sistema de poder europeu e sua conquista do mundo, e também para a formação do próprio capitalismo (idem, p.15-16).

Inspirado nas teorias de “dominação” de tradição weberiana, Fiori responderá aos contornos da “acumulação de poder e de suas relações com o capital e a acumulação de capital para reconstruir as relações originárias entre as lutas pelo poder e as guerras europeias, e os processos de formação das economias nacionais” (idem). Um projeto que incluiu, junto à Maria da Conceição Tavares, divergências construtivas com Arrighi e Wallerstein<sup>20</sup>. O progresso das pesquisas se deu a partir da localização das “guerras de conquista”, até o nascimento das “moedas soberanas” e “as primeiras formas de acumulação financeira por meio da senhoriação do câmbio entre moedas europeias e pelo manejo monopólico das dívidas” (idem).

Em seguida, acompanhamos o processo de centralização do poder e do capital que levou à formação dos primeiros Estados territoriais e das primeiras economias nacionais, que se transformaram no embrião do “sistema interestatal capitalista”, o qual se expandiu de forma contínua nos séculos seguintes, até sua plena globalização no final do século XX. Depois disso, voltamo-nos para o estudo do desenvolvimento das “grandes potências” que lideraram esse sistema ao longo da história, para descobrir a importância do expansionismo e do belicismo desses países, por meio da explicação do sucesso econômico que obtiveram. Por fim, debruçamo-nos sobre a situação específica da América Latina, para estudar a forma como se reproduziram no continente tendências gerais do sistema interestatal e da economia capitalista (FIORI, 2014, p.16-17).

As teses desse grupo de pesquisa e mais precisamente de José Luís Fiori estão explicitadas em sete pontos. Dado o nosso espaço limitado, não poderemos desdobrá-las. Contudo, vale uma descrição dos enunciados de cada tese:

Os principais conceitos e hipóteses deste estudo foram discutidos em vários trabalhos anteriores, mas podem ser resumidos na forma estilizada de sete teses teóricas e históricas: as teses 1 e 2 resumem nossa visão do poder e da acumulação do poder e de sua relação com as guerras de conquista e com os tributos; as teses 3 e 4 sintetizam nossa leitura histórica do sistema interestatal capitalista; as teses 5 e 6 apresentam o ponto de partida do nosso estudo das grandes potências; e, finalmente, a tese 7 resume nossa leitura da conjuntura contemporânea, e das transformações mais recentes do sistema internacional (FIORI, 2014, p.17-18).

Com inspiração nas discussões encaminhadas por Norbert Elias (1993), a *dialética de poder*, em Fiori, é resumida em termos estritamente lógicos, como processos de “interdependência” e “coerência” conjuntural. Vale sublinhar que a questão da “coerência”, presente também na obra de David Harvey (1982), não diz respeito a algo positivo ou negativo. Mas, antes de tudo, a um esquema escalar e temporal de arranjos institucionais, diplomáticos e sistêmicos acerca de períodos de estabilidade. Essa estabilidade, no entanto, pode ser medida pela constância de guerras, processos de acumulação acelerada, despossessões e organizações monetárias e diplomáticas. É a partir desta dinâmica conflitiva que trabalham Fiori e Conceição Tavares, mas também Arrighi e Wallerstein<sup>21</sup>.

Desse modo, o *poder* passa a ser definido como: i) “assimétrico”, caso houvesse equidade, o poder não se manifestaria como dinâmica; ii) “limitado”, se fosse absoluto, também não existiria, portanto exprime uma procedência material; iii) “relativo”, funciona como dinâmica material entre vértices de um todo, como um “cabo de guerra”, afetando-se invariavelmente; iv) “heterostático”, precisa se efetivar no movimento, afetando as partes envolvidas; v) “fluxo”, movimento que se realiza no exercício contínuo, portanto, não há uma concepção neutra ou ideal; vi) “sistêmico”, conforma uma totalidade de poderes entrelaçados; vii) “expansivo”, as unidades de poder, como coerências temporais, exercem pressões sobre si mesmas e, ao realizá-las, pressionam as demais partes e a

sua consequência é a expansão, caso contrário, seria “autofágico”, encerrado sobre a conquista do outro; viii) “indissolúvel”, uma relação de poder só desaparece quando incorporada por outra unidade de poder, incrementando-a pelo movimento de disputa ou da conquista – um dos traços de sua representação; ix) “dialético”, o poder, se é fluxo expansivo, é mobilidade por nova representação, “idêntico à sua própria acumulação”; e x) “ético”, pressupõe um “valor” para a realização e a acumulação endógena de poder (FIORI, 2014, p.18-20 *apud* RIHAN; SETTE, 2021).

Nessas considerações, deslinda-se uma rica associação entre as teses hegelianas, marxistas, weberianas e braudelianas, o que nos faz reafirmar o peso que as pesquisas de Fiori e Conceição Tavares têm representado para a reformulação das teorias sistêmicas interestatais e do desenvolvimento periférico. Essa contribuição será fartamente utilizada por autores do *campo* PUR, como Carlos A. Brandão, Hipólita Siqueira (ambos do Grupo Espaço & Poder-IPPUR), Victor Ramiro Fernández (Universidad Nacional del Litoral, UNL) e Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (IPPUR). Os três primeiros ligados à REDSLA-CLACSO, *Red de Desarrollo Socioeconómico Espacial Latinoamericano*; e o último, pesquisador e coordenador geral do Observatório de Metrôpoles e do projeto INCT (Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia) *As Metrôpoles e o Direito à Cidade na inflexão da ordem urbana brasileira* (2017-2020). Esses quatro autores têm aproximado as bibliografias anteriormente citadas com a geografia econômica anglo-saxã em renovadas publicações temáticas conjuntas, fundando uma agenda ativa para o *campo*.

#### 4.3 Geografia Econômica e Teoria Urbana

Por último, três publicações mais recentes estabeleceram um diálogo profícuo com a literatura do *sistema-mundo* capitalista. A primeira, *Forças do Trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870* (2005), de Beverly Silver; a segunda, *Espaços da Urbanização: o urbano a partir da teoria crítica* (2018), de Neil Brenner; e, a terceira, *A escala metropolitana no contexto da metrópole liberal-periférica latino-americana* (2018), de Carlos A. Brandão, Victor Ramiro Fernández e Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro.

Beverly Silver, membro do FBC e do núcleo “trabalho mundial”, em Binghamton, tem desenvolvido um importante arcabouço teórico, a partir Polanyi, Braudel e Arrighi, para o tema do estudo das forças de trabalho, entre a história social e a economia-mundo. Seu livro *Forças do Trabalho* é um dos resultados dessa condensação entre uma perspectiva de “formação” da classe trabalhadora, de origem thompsoniana<sup>22</sup>, os meios por quais as forças de trabalho se organizam, e um recorte, emprestado de Arrighi, sobre o “longo século XX”, que tem seu início no século XIX. É esta longa-duração que a permite estabelecer, com originalidade, os marcos temporais da mundialização, bem como das contradições capitalistas sob a hegemonia estadunidense – progressivamente consolidada a partir das duas grandes Guerras.

Como salienta a autora, durante a década de 1980 havia uma crença - em boa medida baseada em visadas neoliberais desde o norte – quanto ao arrefecimento das capacidades de contestação a partir do trabalho, minimizando a questão sindical e organizativa como instrumento de luta dos sujeitos históricos. A partir dos estudos sobre as temporalidades plurais, Silver (2005, p.11) apresenta a migração da industrialização de massas, ao longo das décadas de 1930-1980,



aos países periféricos, como o Brasil, bem como as renovadas perspectivas de “formação de classe” nesse cenário:

Nosso grupo de pesquisa – que analisava os movimentos trabalhistas de uma perspectiva de longo prazo e em escala mundial – discordava veementemente desta conclusão [a diminuição da importância da força de trabalho enquanto sujeito político]. Argumentávamos que esse prognóstico se devia a uma parcialidade das ciências sociais em favor dos países centrais. Embora fosse verdade que os movimentos de trabalhadores estavam em crise em boa parte dos países centrais, movimentos trabalhistas bastante similares surgiram em países onde houve uma rápida industrialização durante os anos 1970-1980, como Espanha, Brasil, África do Sul e Polônia [...] Tais movimentos [...] foram importantes na derrubada de regimes autoritários e na ampliação/aprofundamento dos processos de democratização.

Segundo a autora, “para onde vai o capital, o conflito vai atrás” (idem). Logo, olhando para a periferia, ela direciona sua pesquisa ao Leste Asiático, indutor de uma nova dinâmica fabril e um dos polos mais debatidos na bibliografia sobre o sistema-mundo contemporâneo.

[...] um dos principais argumentos de *Forças do Trabalho* é que, ao longo do século XX, o capital de produção em massa correu o mundo atrás de miragem de mão-de-obra barata e disciplinada, e terminou por recriar continuamente movimentos trabalhistas militantes nos novos lugares onde se instalava (idem, p.12-13).

Como demonstramos até aqui, a autora enfatiza as origens de sua publicação nos estudos de interdependência e expansão do sistema capitalista. Desde a *VII Conferência de Economia Política do Sistema Mundial*, organizada por Charles Bergquist (Universidade de DUKE), a parceria entre Silver e Arrighi propunha acompanhar a mobilidade de capital em perspectiva mundial-histórica. Diz ela (idem, p.15) que essa seria a sua primeira tentativa de compreender “como resultados em diferentes países estão ligados entre si por processos econômicos mundiais, em particular pelo deslocamento transnacional de capital”.

Já a influência de Karl Polanyi aparece no exame das transformações institucionais acerca da necessária contingência das “forças do trabalho”, em que o século XX representaria uma transformação radical. Porém, diante da bibliografia braudeliana, Silver retorna à análise do século XIX para remontar as contradições que antecederam o neoliberalismo, incorporando-o em uma periodização mundializada, distanciando-se de visadas de “curta duração”.

Em grande medida, essa visada holística fundamentará também o debate de Neil Brenner, Jamie Peck e Nik Theodore (2018; BRENNER; PECK; THEODORE, 2012)<sup>23</sup> a respeito de como os movimentos do Capital abandonam espaços e o reconstróem, em uma lógica incessante de repactuação institucional pelas classes dominantes locais e transnacionais. *Espaços de Urbanização*, de Brenner (2018), fornece uma revisão minuciosa da literatura sobre a geografia capitalista, apresentando críticas à dissolução do lugar (ou “desencaixe”, *disembedding*), bem como aos enunciados que desprezam a fixidez territorial, a escala nacional e a própria geografia enquanto estruturas analíticas relevantes. Assim como Braudel, Brenner procura reunir e revisar campos diversos que progressivamente se tornaram nichos disciplinares isolados, mas que envolvem o debate sobre a urbanização e a questão do desenvolvimento regional-nacional.

Fazendo coro às leituras do Grupo Espaço & Poder (GEP-IPPUR), o autor estadunidense sinalizará sobre a importância da própria rigidez espacial para dinamizar os fluxos de pessoas e mercadorias. Isso quer dizer que, se por um

lado, gera-se uma determinada intensidade no fluxo de trocas; por outro lado, há uma fixidez que garante o movimento. Por representarem a possibilidade de aterrisagem do fluxo, a forma urbana e as diferentes relações institucionais nacionais permanecem, portanto, centrais em qualquer análise de planejamento. Porém, o movimento das trocas além-mar, como em Braudel, ressurgem como uma determinação central.

A complexidade analítica em Brenner, com seus variados conceitos da geografia crítica, bem como em Peck, Swyngedown e Theodore (op. cit.) – seus parceiros de debate –, associada às leituras de Harvey (1982) e Lefebvre (1977; 1978), ajuda-nos a problematizar a cidade, sua historicidade e suas relações econômico-institucionais. A própria ideia de globalização urbana, nesse sentido, passa a ser mais bem trabalhada numa perspectiva de “longa duração”, com a História Econômica e a História do Pensamento Econômico demonstrando os progressivos “ciclos sistêmicos de acumulação”, em que as mesmas se manifestam em diferentes arranjos materiais, institucionais e temporais, ainda que haja singularidades contemporâneas:

Duas deficiências significativas caracterizam as interpretações da globalização que focam unilateralmente fluxos, circulação e processos de desterritorialização. Primeiro, tais análises tendem a negligenciar as formas de organização territorial relativamente fixas e imóveis - em particular, aglomerações regionais urbanas e instituições reguladoras de Estado - que possibilitam esse movimento acelerado. Segundo, e mais importante, tais análises negligenciam as formas de que depende intrinsecamente o presente ciclo de globalização neoliberal, com as quais está entrelaçado e expresso através de grandes transformações da organização territorial em múltiplas escalas geográficas. Com base nessas críticas, a tese central deste artigo é que os processos de reterritorialização - a reconfiguração e o reescalonamento de formas de organização territorial, como cidades e Estados - devem ser vistos como um momento intrínseco do atual ciclo de globalização (BRENNER, 2018, p.63-64).

Como vimos, essa temporalidade cíclica a que se refere Brenner não se expressaria propriamente por uma repetição enclausurada, ou hermética, num mesmo conjunto de dinâmicas materiais e simbólicas, mas diria respeito às contradições sistêmicas das formas de acumular riqueza e poder com certos padrões de reincidência. Dentre elas, podemos destacar o confronto explícito contra as forças de trabalho e o uso dos Estados periféricos em projetos contestatórios.

Apoiando-se nos trabalhos de David Harvey (1982) e Henri Lefebvre (1977, 1978; 1991), esse argumento é elaborado por meio de uma discussão sobre as várias formas como as cidades e os Estados contemporâneos estão sendo reterritorializados e reescalados atualmente. A globalização é aqui concebida como uma reterritorialização dos espaços, tanto socioeconômico como político-institucional, que se desdobram simultaneamente em múltiplas escalas geográficas sobrepostas. A organização territorial dos espaços urbanos contemporâneos e das instituições estatais deve ser vista ao mesmo tempo como um pressuposto, um meio e um resultado dessa dinâmica de reestruturação espacial global altamente conflitante (BRENNER, 2018, p.64).

Conforme a citação, vale destacarmos a centralidade de autores pertinentes ao nosso campo, como Harvey (1982)<sup>24</sup> e Lefebvre (1977; 1978; 1991)<sup>25</sup>, na obra de Brenner. Porém Braudel e Arrighi não tardam a aparecer. Na seção intitulada *Cidades, Estados e a geografia histórica do capitalismo*, Brenner logo recorre a Braudel (1984)<sup>26</sup>. Para ele, o estudo braudeliano:

[...] resume o papel essencial das cidades e Estados na geografia histórica do capitalismo a longo prazo. O trabalho de Braudel acompanha a mudança de

época ocorrida no século XVIII das “economias centradas na cidade” (*Stadwirtschaft*) de Gênova, Veneza, Antuérpia e Amsterdã para a “economia territorial” britânica (*Territorialwirtschaft*), baseada em um mercado nacional agrupada em torno de Londres (BRENNER, 2018, p.65).

Já Arrighi (1994) e Charles Tilly (1990)<sup>27</sup> ganham destaque quando o autor preocupa-se em assinalar a mudança moderna no encontro das “altas finanças” com os “Estados territoriais”:

Após o início do período moderno, as economias territoriais dos Estados-nação uniram grandemente as geografias das cidades e a urbanização. Conforme as cidades se subordinaram ao poder político dos Estados, passam a integrar ainda mais firmemente os regimes de acumulação escalonados nacionalmente (ARRIGHI, 1994; TILLY, 1990) (BRENNER, 2018, p.65).

Também a partir de Friedmann e Wolff (1982, p.312), Brenner aponta para as articulações dinâmicas que envolvem as políticas municipais em esferas regionais e globais: “Sendo essenciais ao capital transnacional e aos interesses políticos nacionais, as cidades globais podem tornar-se moeda de troca em disputas subsequentes”.

Nesse sentido, prossegue com pergunta crucial ao campo urbano: “[...] partindo dessa perspectiva, como a disjunção econômica entre a cidade global e a economia territorial de seu Estado anfitrião é administrada politicamente?” (BRENNER, 2018, p.90). A teoria urbana, revisitada por Brenner e proposta no ciclo de debates em que está envolvido, passa a pertencer a uma visão mais holística das escalas interpretativas e da pluralidade dos tempos, chegando a novos conceitos críticos, como o câmbio, nas últimas décadas, do *Welfare* para o *Work-fare*<sup>28</sup>.

Quanto a Brandão, Fernández e Ribeiro (2018), é importante ressaltar que, antes de mais nada, resgatam a produção latino-americana, cepalina e marxista, através de um movimento de aproximação Norte-Sul - como feito nas décadas de 1950-1970 - para a análise das transformações em escalas distintas do espaço. Destacam que há uma diferença entre as importações acrílicas e imediatas, de cunho liberal; e a rigorosa investigação historiográfica e singular de regiões e Estados a partir do intercâmbio empírico-crítico. Com isso, afirmam:

Frente a estas duas dimensões – da realidade dinâmica real-concreta sistêmica do capitalismo contemporâneo e da realidade teórico-metodológica desde o Sul – pretende-se neste livro dialogar com o pensamento crítico elaborado nos espaços acadêmicos dos países desenvolvidos, porém buscando uma reapropriação renovadora das reflexões originais e criativas latino-americanas para pensar as transformações espaciais em processo nas diversas escalas espaciais, procurando delinear uma agenda de pesquisas o bastante profícua para contribuir para o reposicionamento do debate urbano-regional-metropolitano em nosso continente, o que pode ser feito tão-somente em processos coletivos, plurais e multidisciplinares de investigação, dada sua envergadura (BRANDÃO, FERNANDÉZ e RIBEIRO, 2018, p.8).

Demonstrando a importância de leituras mais amplas, que situem as realidades políticas de Estado nas lógicas de mercantilização da vida e, conseqüentemente, da cidade, da moeda, do trabalho e da terra, estes autores apresentam a teoria crítica urbana de Brenner, Peck e Theodore (2012), sobre os “experimentos regulatórios neoliberais” no espaço urbano:

Simultaneamente à retomada de políticas públicas de provisão de moradia de interesse social, observa-se nos países do continente a inexistência de ações públicas de regulação do mercado de terras e de ordenamento do uso e da ocupação do solo. Ao mesmo tempo, em várias cidades latino-americanas vem

sendo adotado o modelo de política concebido sob a ótica da competitividade urbana, o que se expressa por projetos que visam ativar e promover reformas urbanas que liberem a cidade dos fatores institucionais, culturais, sociais e urbanísticos que bloqueiam o pleno funcionamento dos circuitos de acumulação urbana. São experimentos regulatórios neoliberais, usando a formulação de Brenner; Peck; Theodore (2012)<sup>29</sup>, entendidos como ações pontuais realizadas em vários âmbitos da ação do Estado e em suas múltiplas escalas com o poder de impor, intensificar e reproduzir modalidades de políticas e governança urbana focadas na mercantilização da cidade. No plano das cidades assistimos, portanto, a uma disputa entre modelos de políticas neoliberais e reformistas (RIBEIRO, 2018, p.250).

Como vimos em Braudel e Arrighi, o tema da competitividade urbana também não é uma novidade. De acordo com Ribeiro (2018, p.251-252), “a compreensão dos fundamentos deste paradoxo de cidade exige ir além dos fatos mais imediatos da presente conjuntura”. Para o autor, é necessário indagar as relações econômicas e políticas “entre as forças presentes nas cidades com aquelas que vêm comandando o desenvolvimento das relações capitalistas na América Latina” (idem). A cidade, diante desse campo de estudos, é um objeto controlado “pelas forças de mercado” fundamentado em conjunturas de “blocos de poder que comandou [e comandam] a nossa inserção na expansão do moderno sistema capitalista”.

Assim, a relação com a produção braudeliiana passa a constituir centralidade, bem como as formulações de Arrighi e Wallerstein acerca do desenvolvimento do “capitalismo urbano”:

[...] o tamanho das nossas metrópoles, suas desigualdades, suas favelas e periferias, sua violência são consequências necessárias da disjunção entre economia, sociedade e território que caracteriza a nossa expansão periférica na economia-mundo capitalista. A imagem que traduz esta ideia é a descrição de Braudel (1979) sobre a disjunção, ocorrida à época da formação da economia-mundo, entre os planos e o tempo da vida material e cotidiana da maioria da população, que construía a sua sobrevivência diária praticamente à margem da rede de trocas organizada sob a hegemonia das “altas finanças” que atravessava as regiões da Europa (idem, p.260).

A menção a Braudel diz respeito à “posição” das cidades periféricas em relação ao “centro dinâmico” dos “ciclos de acumulação” (BRAUDEL, 1979 *apud* RIBEIRO, 2018, p.260). Nessa periferia, as virtudes do projeto liberal-capitalista são usufruídas muito parcialmente, criando uma “dualidade”, para usarmos os termos de Ignácio Rangel (op. cit.), entre a convivência de dominação com os países mais desenvolvidos e a necessária temporalidade do seu enfrentamento. Entre a urgência e a longa duração, as interdependências no desenvolvimento serão um pressuposto desagradável aos ouvidos mais idealistas.

Conferindo coerência às teses supracitadas, o ciclo de referências bibliográficas de Ribeiro, Brandão e Fernadéz retorna ao NEPSM<sup>30</sup> (com coordenação de Conceição Tavares e Fiori):

Antes, cabe melhor explicarmos a relação entre os conceitos da teoria braudeliiana e os estudos realizados pelo grupo de pesquisa NEPSM. Na leitura de [Valéria Lopes] Ribeiro (2001, p.17), “as duas abordagens convergem ao proporem uma análise dos fenômenos econômicos e geopolíticos atuais a partir de sua inserção no contexto de um sistema mundial, com características e regras próprias, definidas historicamente, mediante a atuação de agentes políticos (Estados) e econômicos (grupos empresariais)”. No entanto, elas divergem, e “interpretam de forma distinta o modo pelo qual o modelo europeu sai vitorioso e expande-se mundialmente” (p.18). Na visão de Fiori, não existe preponderância do elemento econômico sobre o político; ocorreria justamente o oposto e o conceito de

hegemonia consistiria num conceito em permanente disputa (RIBEIRO, 2018, p.261).

Como já explicitado, tal dinâmica do modo de produção, de caráter expansionista, tende à globalização das relações diplomáticas e de poder, dispostas sob um arcabouço competitivo e contraditório. Assim, os objetos “cidade”, “metrópole” ou “urbanização” ficam subsumidos à economia-mundo capitalista, e a uma ordem de articulação entre os *donos do poder* e os *donos do dinheiro* (BRANDÃO, FERNANDÉZ; RIBEIRO, 2018; TAVARES; FIORI, 1997).

Antes de concluirmos, um mea-culpa deve ser feito. No conjunto de bibliografias aqui utilizado, a empiria e a teoria dos “intérpretes brasileiros”, como Celso Furtado, Ignácio Rangel e dos latinos cepalinos, como Raúl Prebisch, deveriam ter sido trabalhadas com alguma densidade (o que não foi possível pelas limitações deste formato de publicação). A originalidade de suas formulações foi contemporânea tanto aos estudos da Escola dos Annales, como aos de Wallerstein, deslindando a concepção (2018) histórica das hierarquias do sistema-mundo, com seus sucessivos núcleos de dominação, semiperiferias e periferias.

## 5. Considerações finais

Neste artigo, procuramos indicar, parcialmente, um conjunto de bibliografias inserido na agenda proposta por Brandão, Fernández e Ribeiro, complementando-o com descobertas pessoais relacionadas a nossos objetos de pesquisa.

No caso do primeiro autor deste artigo, em consonância com Beverly Silver e os marxistas intérpretes do trabalho e da cidade, procura circunscrever as rodadas institucionais sobre os recortes de renda a partir da renovação teórica das categorias de “subemprego”, “preariado” e “exército industrial de reserva”, examinando o “processo de urbanização” brasileiro no *longo século XX*, sob um arcabouço braudeliano das durações temporais e sistêmicas. No caso do segundo autor do artigo, a teoria da história e os tempos plurais braudelianos têm colaborado para pensar a duração de classes dominantes nacionais, entre ditadura e neoliberalismo, destacando-se as mediações entre permanências e câmbios a partir da ideologia, da comunicação e da informação.

Ao invés de uma conclusão definitiva, entendemos que há um rico caminho a ser percorrido, principalmente quando levamos em consideração os frutíferos trabalhos de historiadores de inclinação não apenas braudeliana, mas também marxista, como Rafael Marquese e Ricardo Salles. Por influência mais direta do campo da historiografia, esses vêm tecendo novas relações ao pensarem a economia-mundo escravista e do trabalho.

Para finalizar, voltamos à questão principal deste artigo: como a atual conjuntura do sistema-mundo tem transformado a realidade da urbanização brasileira diferencialmente em suas regiões? Reafirmando a riqueza das elaborações de Braudel, consideramos não ser possível uma resposta que despreze o exame do tempo em sua *dialética de durações*. Diferentes processos apresentam diferentes temporalidades. Diferentes níveis de contestação sistêmica também. Essa é uma contribuição que deve estar somada ao debate escalar e institucional de PUR.

---

O tempo que é nosso, o de nossa experiência, de nossa vida, o tempo que traz as estações e faz florir as rosas, que marca o escoamento de nossa idade, conta também as horas de existência das diversas estruturas sociais, mas com um outro ritmo. No entanto, por mais lentas que sejam para envelhecer, estas também mudam; acabam por morrer (BRAUDEL, 2019, p.123).

Quanto às estruturas e coerências do neoliberalismo, esperamos que realmente venham a padecer. Mas que também se desdobrem, como ressaltou Wallerstein, em lutas políticas capazes de melhor compreender as contradições estruturais e as brechas abertas por novos imaginários institucionais. Diante do arcabouço até aqui exposto, defendemos que esta tarefa deve invocar/confrontar uma complexidade de escalas, uma complexidade de temporalidades e, de forma realista, o recorrente dispositivo interestatal de dominação informacional, ortodoxo, de guerra e espoliação no qual o Brasil está inscrito.

## 6. Referências

- AGUIRRE ROJAS, C. A. **Tempo, duração e civilização: percursos braudelianos**. São Paulo: Cortez, 2001.
- ALENCASTRO, L. F. **O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. trad. Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997(Coleção Zero à Esquerda).
- ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. trad. Vera Ribeiro; César Benjamin. Rio de Janeiro, São Paulo: Contraponto, 2013 (9. reimp.).
- BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. 2. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012.
- BRANDÃO, C. A.; FERNANDÉZ, V. R.; RIBEIRO, L. C. de Q. **Escalas Espaciais, Reescalamentos e Estatalidades: lições e desafios para América Latina**. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório de Metrôpoles, 2018.
- BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo**. trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII**. trad. Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996. v. 3-O tempo do mundo.
- BRAUDEL, F. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais: a longa duração. trad. Ana Maria de Almeida Camargo. **Revista de História**, nº 62. v. XXX, n. 62, p. 261–294, jun. 1965.
- BRAUDEL, F. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II**. trad. Gilson César Cardoso Souza. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2016. v. 1, (Os Fundadores da USP, 5).
- BRENNER, N. **Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles ; Letra Capital Editora, 2018.
- BRENNER, N.; PECK, J.; THEODORE, N. Após a neoliberalização? **Cadernos Metrôpole**, v. 14, n. 27, p. 15–39, jun. 2012.
- ELIAS, N. **O Processo Civilizador: Uma história dos costumes**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1993. v. 2.
- FIORI, J. L. **Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado**. Rio de Janeiro: Insight, 1995.
- FIORI, J. L. **História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo**. 1ª edição. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2014.
-

- FIORI, J. L. **O poder global e a nova geopolítica das nações**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007(Coleção Estado de sítio).
- FIORI, J. L. **O vôo da coruja: para reler o desenvolvimentismo brasileiro**. Rio de Janeiro São Paulo: Ed. Record, 2003.
- FIORI, J. L. (Org.). **Sobre a Guerra**. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.
- FIORI, J. L. (Org.). **Sobre a Paz**. Petrópolis: Editora Vozes, 2021.
- HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. trad. Paulo Meneses; Karl-Heinz Effen; José Nogueira Machado. Petrópolis: Vozes, 2014 (Coleção Pensamento Humano).
- MARQUESE, R. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. **Revista de História**, USP, São Paulo, v. n.169, n. julho/dezembro, p. 223–253, 2013.
- MARQUESE, R. de B. Capitalismo Histórico E a Historiografia Sobre a Escravidão Brasileira. **Revista De História**, v.26, n. 75, p. 341–354, 2012.
- MARQUESE, R.; SILVA, W. L. da. Tempos históricos plurais: Braudel, Koselleck e o problema da escravidão negra nas Américas. **História da Historiografia**, v. 11, n. setembro/dezembro, n.28, p. 44–81, 2018.
- MARX, K. **O capital**. O processo de produção do capital / Karl Marx. Tradução Rubens Enderle. trad. Rubens Enderle. 2. Aufl. São Paulo: Boitempo, 2017.
- RANGEL, I. **Obras reunidas**. 2a. ed. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2005.
- RIBEIRO, G. Fernand Braudel e a geo-história das civilizações. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 18, n. 1, p. 67–83, mar. 2011. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702011000100005>.
- RIBEIRO, G. **Fernand Braudel, geohistória e longa duração: críticas e virtudes de um projeto historiográfico**. São Paulo: Annablume, 2016.
- RIBEIRO, L. C. de Q. A escala metropolitana no contexto da metrópole liberal-periférica latino-americana. *In*: BRANDÃO, C.; FERNANDÉZ, V. R.; RIBEIRO, L. C. de Q. **Escalas espaciais, reescalamentos e estatalidades: lições e desafios para a América Latina**. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório de Metrôpoles, 2018.
- RIHAN, B.; SETTE, J. R. A Disputa do Tempo: dialogia informacional e teoria da história no movimento zapatista. **Liinc em Revista**, v. 18, n. 1, p. e5941, 19 maio 2022. <https://doi.org/10.18617/liinc.v18i1.5941>.
- RIHAN, B.; SETTE, J. R. A “infodemia” e a conquista do Estado brasileiro: da Ditadura empresarial-militar ao consenso neoliberal. **Liinc em Revista**, v. 17, n. 1, p. e5688, 10 jun. 2021. <https://doi.org/10.18617/liinc.v17i1.5688>.
- SILVER, B. J. **Forças do trabalho: movimentos do trabalhadores e globalização desde 1870**. 1a ed. São Paulo: Boitempo, 2005.
- SMITH, N. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SWYNGEDOUW, E. Neither global nor local: “glocalisation” and the politics of scale. *In*: COX, K. **Spaces of globalization: reasserting the power of local**. New York: Guilford Press, 1997. p. 137–166.
- TAVARES, M. da C.; FIORI, J. L. (Orgs.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. 3a ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1997(Coleção Zero à esquerda).
- TOMICH, D. W. **Pelo Prisma da Escravidão: Trabalho, Capital e Economia Mundial**. trad. Antonio de Pádua Danesis; Rafael de Bivar Marquese. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.
- VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 75–104.
- VAINER, C. B. Lugar, região, nação, mundo: explorações históricas do debate acerca das escalas da ação política. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 8, n. 2, p. 9, 30 nov. 2006. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2006v8n2p9>.

WALLERSTEIN, I. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. trad. Renato Aguiar; César Benjamin. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WALLERSTEIN, I. **El moderno sistema mundial**. trad. Pilar López Máñez; Jesús Alborés; António Resines. Segunda edición aumentada, nuevo prólogo. Romero de Terreros, Mexico: Siglo XXI, 2011.

WALLERSTEIN, I. **Utopística ou as decisões históricas do século vinte e um**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

WERNER, D. As reformas neoliberais do setor elétrico brasileiro à luz do referencial teórico das escalas espaciais. **GeoCrítica** : Biblio2W, v. XXIV, n. 1265, p. 30, 2019.

<sup>1</sup> Ver BURKE, P. **A escola dos Annales (1929-1989)**: a revolução francesa da historiografia. trad. Nilo Odália. 2a edição. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

<sup>2</sup> A profunda influência sobre o campo PUR, de origem marxista, deve ser referida em alguns clássicos, como: Henri Lefebvre, em *O Direito à Cidade* [1968]; Manuel Castell, em *A questão Urbana* [1974] e *Imperialismo y Urbanización En América Latina* [1973]; a influência da escola da regulação francesa, desde Michell Aglietta e Alan Lipietz (autores que também dialogaram com a Escola dos Annales); a sociologia de Christian Topalov, Mark Gottdiener, Jean Lojkine; e a obra dos brasileiros Paul Singer, Vilmar Faria, Lúcio Kowarick, Wilson Cano, Erminia Maricato, entre outros.

<sup>3</sup> Ver: ARANTES, P. F. **O ajuste urbano**: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas. 2004. 204 f. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004; e, BROWNE, G. **O Banco Mundial e as cidades**: construindo instituições na periferia – o caso do PRODUR, Bahia. PUR, IPPUR. Tese de Doutorado. 2006.

<sup>4</sup> Termo cunhado por John Williamson, em **After the Washington Consensus**: Restarting Growth and Reform in Latin America, de 1990 –, sobre as políticas neoliberais para a América Latina.

<sup>5</sup> Ver: DAIX, Pierre. **Fernand Braudel**: uma biografia. Tradução de Clóvis Marques. – Rio de Janeiro: Record, 1999.

<sup>6</sup> TOMICH, D. W. (Org.). **Atlantic transformations**: empire, politics, and slavery during the nineteenth century. Albany: State University of New York Press, 2020 (Fernand Braudel Center studies in historical social science); TOMICH, D. W. (Org.). **The politics of the second slavery**. Albany: Suny Press, 2016 (Fernand Braudel Center studies in historical social science).

<sup>7</sup> ALENCASTRO, L. F. de. **The trade in the living**: the formation of Brazil in the South Atlantic, sixteenth to seventeenth centuries. Albany: SUNY Press, State University of New York Press, 2018 (SUNY series, Fernand Braudel Center Studies in Historical Social Science).

<sup>8</sup> MARQUESE, R.; SALLES, R. **Escravidão e Capitalismo Histórico Do Século XIX**: Cuba, Brasil, Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

<sup>9</sup> MARQUES, L. *The United States and the Transatlantic Slave Trade to the Americas, 1776 – 1867*. New Haven: London: Yale University Press, 2016.

<sup>10</sup> TAVARES, M. da C.; FIORI, J. L. (Orgs.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. 3a ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1997 (Coleção Zero à esquerda); TAVARES, M. da C.; FIORI, J. L. (Orgs.). **Desajuste Global : a modernização conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

<sup>11</sup> FIORI, J. L. **O poder global e a nova geopolítica das nações**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007 (Coleção Estado de sítio); FIORI, J. L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999 (Coleção Zero à esquerda).

<sup>12</sup> SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

<sup>13</sup> HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

<sup>14</sup> SWYNGEDOUW, E.; MOULAERT, F.; RODRÍGUEZ, A. (Orgs.). **The globalized city: economic restructuring and social polarization in European cities**. Oxford ; New York: Oxford University Press, 2003 (Oxford geographical and environmental studies); SWYNGEDOUW, E. Neither global nor local: “glocalisation” and the politics of scale. In: COX, K. **Spaces of globalization: reasserting the power of local**. New York: Guilford Press, 1997. p. 137–166.

<sup>15</sup> PECK, J. **Constructions of neoliberal reason**. 1. publ. in paperback. Oxford: Oxford Univ. Press, 2012; PECK, J.; TICKELL, A.; SHEPPARD, E.; BARNES, T. (Orgs.). **Politics and practice in economic geography**. Los Angeles ; London: SAGE, 2007.

<sup>16</sup> BRENNER, N.; PECK, J.; THEODORE, N. After Neoliberalization? **Globalizations**, v. 7, n. 3, p. 327–345, set. 2010. <https://doi.org/10.1080/14747731003669669>.

<sup>17</sup> SILVER, B. J. **Forces of labor**: workers’ movements and globalization since 1870. New York: Cambridge University Press, 2006.



- 
- <sup>18</sup> KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto [u.a], 2006; KOSELLECK, R. **Histórias de conceitos**: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020; KOSELLECK, R.; HEDIGER, M. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- <sup>19</sup> Citação em referência a Immanuel Wallerstein, em *The Modern World-System* (1974) e *The Capitalist World Economy* (1979); e Giovanni Arrighi, em *The Long Twentieth Century: Money, Power and The Origins of Our Time* (1994) e Arrighi e Beverly Silver, em *Chaos and Governance in The Modern World System* (1999).
- <sup>20</sup> “Meu conceito de “sistema interestatal capitalista” é diferente daquele de “sistema mundial moderno”, de Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, porque sublinha a importância permanente e insuperável dos Estados nacionais, com seus capitais e suas moedas específicas, para o desenvolvimento do capitalismo, que é desigual e hierárquico, mas que não é nem nunca será global, pois alimenta-se da própria existência das fronteiras e das moedas e capitais que se expandem com seus Estados nacionais” (FIORI, 2014, p.17).
- <sup>21</sup> Ainda que estes últimos sejam interpretados, muitas vezes, como autores de uma proposição teleológica dos “ciclos sistêmicos de acumulação”.
- <sup>22</sup> Um autor brasileiro que têm trabalho com temas similares e derivados das análises de Edward Palmer Thompson é Ruy Braga (USP). Braga têm investigado a literatura do Norte e reinterpretado a formação de classe do Sul Global. Em suas mais recentes teses, conjuntamente com Guy Standing, têm sustentado a categoria de “preariado”, como um debate pós-fordista. Estabelecemos uma certa discordância de enfoque quando estes parecem propor uma posituação crítica contra a “melancolia do fordismo”. Por ora, acreditamos ser considerável a importância que a reunião de trabalhadores teve no desenvolvimento sindical, esvaziado, no Brasil, no período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Ver: BRAGA, R. **A política do preariado**: do populismo à hegemonia lulista. – São Paulo: Boitempo: USP, 2012; BRAGA, R. **A rebeldia do preariado**: trabalho e neoliberalismo no Sul global. 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2017; e STANDING, G. **O preariado**: a nova classe perigosa. 1. Ed. – Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2020 [2013].
- <sup>23</sup> Carlos A. Brandão e Hipólita Siqueira, ambos pesquisadores do IPPUR (Grupo Espaço & Poder), têm promovido uma interlocução profícua com o Norte a partir do Canadá, mais especificamente com Jamie Peck, na Universidade de British Columbia – local de um recente pós-doutoramento.
- <sup>24</sup> HARVEY, D. **The limits to capital**. New York: Oxford University Press, 1982.
- <sup>25</sup> LEFEBVRE, H. **De l'Etat**: le mode de production etatique, v. 3. Paris: Union Generale d'Editions, 1977; LEFEBVRE, H. **De l'Etat**: les contradictions de l'Etat modern, v. 4. Paris: Union Generale d'Editions, 1978; LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. Cambridge (MA): Blackwell, 1991 [1974].
- <sup>26</sup> BRAUDEL, F. **The Perspective of the World**. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1984.
- <sup>27</sup> TILLY, C. **Coercion, capital and European States**, AD 990-1990. Oxford: Blackwell, 1990.
- <sup>28</sup> É nesse contexto que chegam à comparação entre um regime de *Welfare* (bem-estar) para um regime de *Workfare* (regime-trabalho). Essa distinção procura diferenciar os anos do pré-guerras mundiais, a reconstrução institucional do Welfare, durante os anos 1945-1973, e a [re]regulação do neoliberalismo em padrão que denominarão de *Schumpeterian work-fare regime* (regime de trabalho schumpeteriano), inspirados nas análises de Bob Jessop, sobre a destruição criativa institucional do Capital contemporâneo. Ver: JESSOP, B. The changing governance of welfare: recente trends in its primary functions, scale and modes of coordination. **Social Policy and Administration**, n.33, 1999, p.348-359; e JESSOP, B.; PECK, J. **Fast policy/ local discipline**: the politics of scale and the neoliberal workfare offensive. Mimeo. Lancaster, UK: Department of Sociology, University of Lancaster, 2000.
- <sup>29</sup> BRENNER, N, PECK, J e THEODORE, N. Após a neoliberalização? **Cadernos Metrôpole**, v.14, n.27, 2012, pp. 15-39.
- <sup>30</sup> Nova Economia Política do Sistema Mundo. Grupo de pesquisa organizado no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro que tem o professor Jose Luís Fiori como coordenador.
-